



## Carlos Andreazza Dilma III

E-mail: [ca.andreazza@gmail.com](mailto:ca.andreazza@gmail.com); Twitter: @andreazzaeditor

O Ministério do Planejamento entrou na clandestinidade. O aparelho está por cair; seus técnicos conspirando contra as indicações-vinculações que agraçam a subordinação do Brasil ao império do gastar o que não pode. Flertam os conjurados com a ideia perigosa de fazer escolhas. Ameaçam difundir que grana não dá em árvore.

Então sussurram o óbvio, os traidores da Pátria: as contas não fecham. O dinheiro escasseia. Não está mais tão barato arrancá-lo; nada fácil fabricá-lo. Avanço já o segundo ano de governo... O mundo real se impõe.

A ministra Tebettem paradei-

ro desconhecido depois de haver atentado contra a frente ampla. Expôs a saturação do fiscalismo haddadeano – aquele exercido via crescimento eterno da arrecadação. E tentou plantar a bomba da reforma estrutural na engenharia das despesas. Não haveria outro jeito, de acordo com essa inimiga da Nação. É procurada.

Ainda assim, os resistentes subversivos ousam segredar que 24 veio sem PEC da Transição. Poucos se lembram do troço. Conveniente esquecê-lo. Uma injustiça, pois o projeto inicial do governo de reconstrução previa que se reproduzisse a graça. Seria a PEC da Transição Permanente.

Não que seu esbanjamento solo, em 23, tenha sido ineficaz. Fez Fernando Haddad um ministro da Fazenda crível, senhor da estabilidade fiscal. Com R\$ 150

**O dinheiro escasseia.  
Não está mais tão  
barato arrancá-lo;  
nada fácil fabricá-lo**

bilhões extras para iniciar os trabalhos, qualquer um vende futuro de metas superavitárias. Com cara de pau, até se comemoram contas pouco deficitárias. “Ganho no caminho certo.”

Triunfo do oximoro, tam-

bém sua melhor expressão: Haddad ao mesmo tempo responsável fiscalmente e ministro da Fazenda deste Dilma III.

A conta nunca fechou. E o dinheiro acabou. Relativize-se o “ministro da Fazenda crível”. Crer pode ser bom negócio. A temporada do Haddad Meta Zero fez bons preços. Para que se avalie o tamanho do “me engana que eu gosto”; produziu o arcabouço fiscal e houve quem empenhasse a credibilidade em identificar no bicho, natimorto ao primeiro olhar, compromisso com o controle das despesas.

O arcabouço fiscal, senhoras e senhores! Aquele cujo presun-

to finalmente se avista e que in-

toxicou todo e qualquer marco de credibilidade. A própria constituição – a bíblia – do império gastador dos bilhões que não há. Crer será bom negócio quando a expiração da fé for previsível. O governo é previsível.

E ora temos a Lei de Responsabilidade Fiscal em xeque, segundo ótima reportagem de Daniel Weterman. “Em xeque” pressuporia a existência desafiada do organismo. Isso é coisa do passado. A resistência – uma década de perecimento – foi vencida. Letra morta, a LRF. Morreu em nome de novo voo de galinha. Enterrada como indigente. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diego Schelp (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SÁB. Carlos Andreazza • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

### Portaria

# Exército reduz de 5 para 1 o total de fuzis que PMs podem ter em casa

**Comando Logístico anuncia também a diminuição no número de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas: de 6 para 4**

VINÍCIUS VALFRE  
BRASILIA

O Exército reduziu de cinco para um o total de fuzis que policiais e bombeiros militares podem ter em casa, em acervos particulares. Em comunicado divulgado ontem, o Comando Logístico também anunciou a redução no total de armas, de todos os tipos, que podem ser adquiridas por militares estaduais. O número caiu de seis para quatro armas.

A permissão para PMs terem até cinco armas restritas, com possibilidade de todas serem modelos de fuzis, foi revelada pelo *Estadão*, em janeiro. Dias depois, o Exército suspendeu a medida em gesto ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que tomara posse no dia em que as novas regras entrariam em vigor.

Lewandowski manifestou ser contrário à popularização de armas como fuzis. O receio no Executivo era o de que autorizações para muitas armas com alto poder destrutivo resultassem em desvios. Agora, o Exército pôs fim ao imbró-

glio, revendo os critérios definidos na portaria de janeiro.

Conforme a regra publicada no início do ano, os policiais militares podiam comprar até seis armas, sendo até cinco de uso restrito. Com os novos critérios anunciados agora, eles poderão adquirir quatro armas, sendo duas de uso restrito. Dentro das restritas, só uma pode ser um fuzil.

A nova portaria do Exército ainda disciplina as regras para os policiais militares aposentados. Eles só poderão comprar duas armas de fogo de

O policiais militares e os integrantes das Forças Armadas – estes contemplados em uma outra portaria, de dezembro – se tornaram novo um público-alvo do comércio legal de armas de maior potencial destrutivo, desde que decretos do governo Lula limitaram o acesso de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) a armas de uso restrito, como os fuzis e as pistolas 9 mm.

**AUTORIZAÇÃO.** Até 2018, antes do governo de Jair Bolsonaro (PL), os policiais militares podiam ter até oito armas em casa, mas em uma divisão específica: seis armas de uso permitido, sendo até duas de cada tipo (duas de porte, dois rifles e duas carabinas, por exemplo), e duas armas de uso restrito, sendo elas de calibres específicos. Fuzis não estavam contemplados.

A partir de 2019, com Bolsonaro, as seis armas de uso permitido passaram a poder ser de qualquer tipo. As duas restritas podiam ser de qualquer modelo, à exceção dos automáticos – que disparam tiros em sequência com um acionamento de gatilho. Portanto, os policiais podiam comprar até dois fuzis semiautomáticos. ●

### Críticas

**PMs aposentados poderão comprar duas armas de uso permitido; nenhuma de uso restrito está liberada**

uso permitido e nenhuma de uso restrito. As medidas também valem para integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

**MODELOS.** Não são todos os tipos de fuzis que podem ser comprados. Só os que seguem especificações técnicas relacionadas à energia gerada no momento do disparo (1.750 joules). Dos oito modelos de fuzis produzidos pela Taurus, por exemplo, sete estão contemplados nesse critério.

### Ministério da Justiça

# Lewandowski quer ‘SUS da Segurança Pública’, ainda sem aval de Lula



Lewandowski na Fiesp; modelo seguiria o do Sistema Único de Saúde

SAMUEL LIMA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, defendeu a inclusão de um Sistema Único de Segurança Pública na Constituição e a criação de um fundo nacional para bancar ações do setor. Durante participação em encontro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ele ressaltou, no entanto, que conversou apenas “em linhas gerais” sobre o modelo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não há previsão de quando o projeto será apresentado ao Congresso.

“Essa ideia ainda não foi apresentada de forma detalhada ao presidente. Houve uma primeira conversa, e os órgãos técnicos estão trabalhando. Estou empenhado em apresentar, se o presidente decidir

com relação a isso, uma proposta menos controversa possível ao Congresso e que angarie o maior número de apoios”, disse o ministro. “Não há prazo. Numa questão tão importante como essa, é preciso reunir o mínimo de consenso. O presidente decidirá sobre a conveniência e oportunidade dessa matéria”, completou.

**VERBA.** A proposta do ministro é inserir na Constituição estrutura semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a garantir verba própria com emprego compulsório na área da segurança pública.

O modelo ampliaria os poderes da União sobre o tema, ao possibilitar que sejam estabelecidas diretrizes gerais a serem seguidas pelos Estados, mantendo a competência para que eles legislem com base nas peculiaridades locais. ●